

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.671 - MG (2019/0317383-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : J C F P
ADVOGADO : LEILA MARIA VIEIRA DE PAULA - MG120355
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : V V
INTERES. : M A DE M E B V
INTERES. : F C M
ADVOGADO : VALDOMIRO VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG067511
ADVOGADA : MARIA ANDRÉA DE MACHADO E BUSTAMANTE VIEIRA
(EM CAUSA PRÓPRIA) - MG071557

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: INCIDENTE DE SUSPEIÇÃO - PARCIALIDADE DO MAGISTRADO - NÃO COMPROVAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA DO INCIDENTE.

- Há suspeição do juiz: i) amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados; ii) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio; iii) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive; iv) interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes (CPC, art. 145 do CPC), - Sem a prova das hipóteses previstas no art. 145 do CPC, que indicassem a parcialidade do magistrado, o incidente de suspeição deve ser julgado improcedente.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 112 - 119, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega o agravante, em suma, violação aos artigos 145, I e IV, 200, 489, § 1º, I, II, III e IV, e 1.022, I, II, III, e IV, do Código de Processo Civil de 2015; e 5º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal.

Sustenta ser indevida a providência adotada na origem, de não reconhecer a renúncia de direitos prestada pela parte agravada, que deveria resultar na extinção do feito, reputando que referido ato é arbitrário e contra a lei.

Defende a nulidade processual por suspeição, cerceamento de defesa e de negativa de prestação jurisdicional, deficiência de fundamentação e omissão, suscitando que o magistrado de piso se negou a rever o próprio ato arbitrário" (e-STJ, fl. 125), e que a Corte local se negou a fundamentar a decisão que não acolheu a exceção de pré-executividade.

Alega que "houve a ressuscitação de um processo extinto, exaurido em seus efeitos, e isso, após 09 meses de seu esgotamento, o que se deu por meio de ativismo judicial intempestivo, desarrazoado, contra legem, violador de precedentes sedimentados nessa Colenda Corte" (e-STJ, fl. 126).

Destaca que a renúncia, opera efeitos imediatos após sua declaração, não sendo possível seu afastamento, após nove meses, com base em arrependimento.

Sopesa que, o rol de hipóteses de suspeição, previsto no artigo 145 do CPC/2015, não é taxativo, ao argumento de que o inciso IV, representa cláusula aberta "pois se permite o afastamento do julgador quando seus atos e manifestações evidenciam interesse no julgamento a favor de uma das partes oti prévia disposição para condenar, sendo essa a situação dos autos, já que mesmo diante de uma renúncia expressa o Juiz excepto impingiu decisão contrária a ato voluntário da parte que renunciou nos autos dando prosseguimento ao feito" (e-STJ, fl. 135).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 171 - 178), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 205 - 208, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Inicialmente, cumpre destacar a impropriedade da via eleita para fins de análise das tese de nulidades fundamentadas em violação de dispositivo da Constituição Federal, por representar matéria alheia à competência desta Corte Superior, tarefa cuja incumbência é atribuída ao STF.

Por outro lado, relevante ressaltar que o presente feito consiste em incidente de suspeição, veiculado após não ser acolhida a exceção de pré-executividade, previamente oposta pela parte agravante. Assim, não é possível, na presente via, analisar questões de mérito afetas à excessão de pré-executiva, que deveriam naquele feito ser suscitadas, cabendo, na hipótese, tão somente a análise dos fundamentos afetos ao incidente de suspeição em epígrafe.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do CPC de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Observe que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia. Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: Edcl no AgRg no Ag nº 492.969/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 14.2.2007; AgRg no Ag nº 776.179/SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 12.2.2007; e REsp 523.659/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 7.2.2007.

No ponto, ao oposto de apresentar omissão ou deficiência de fundamentação, a Corte local destacou que a parte agravante não comprovou a ocorrência de suspeição por parte do magistrado singular, afastando a tese com base nos fundamentos abaixo reproduzidos (e-STJ, fls. 90 - 91):

O incidente de suspeição deve ser julgado improcedente, porquanto os argumentos trazidos pelo excipiente não se enquadram nas hipóteses legais que autorizam o reconhecimento da suspeição do magistrado de 1º grau.

Como se sabe, o art. 145 do CPC prevê, de forma exaustiva, as hipóteses de suspeição do magistrado para o desempenho do ofício jurisdicional:

(...)

Logo, no incidente de suspeição, o excipiente deve comprovar a existência de alguma dessas hipóteses previstas no artigo citado, a justificar o reconhecimento da parcialidade do magistrado. No caso, essa prova não foi feita.

Ora, o fato de o MM. Juiz excepto ter proferido uma decisão desfavorável ao excipiente, além de não ser, por óbvio, hipótese que indica a suspeição de tal magistrado, também não demonstra a parcialidade e muito menos interesse do Juiz na demanda. **A decisão desfavorável ao excipiente versa sobre matéria jurisdicional e, por isso, desafia recurso próprio.**

Com efeito, a decisão na qual o MM. Juiz excepto rejeitou a exceção de pré-executividade que o ora excipiente apresentou (fls. 906/907, dos autos em apenso), apresenta fundamentação jurídica de suporte a ela. Em sendo assim, MM. Juiz excepto observou a regra prevista no art. 93, IX, da CR/88, uma vez que ele expôs as razões que o levaram a decidir contra a pretensão que lhe foi apresentada pelo excipiente, motivando então a formação de seu convencimento.

De mais a mais, o fato indicado na petição de fls. 36/39, referente ao registro de agravo pelo MM. Juiz excepto em desfavor do então advogado defensor do excipiente, também não caracteriza nenhuma das hipóteses previstas no citado art. 145 do CPC.

Ora, além de tal agravo não ter sido feito diretamente ao excipiente, o MM. Juiz excepto rechaçou qualquer tipo de surgimento de hipótese de impedimento em razão dos fatos

Conforme se verifica, além de não apresentar omissão, ou deficiência de fundamentação, a Corte local, após a análise de fatos e provas levados aos autos, concluiu que não houve na hipótese, nenhum fato que caracterizasse a suspeição do magistrado local.

Nesse contexto, a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de desacerto do acórdão recorrido, no ponto, é medida que encontra veto na Súmula 7/STJ, por demandar necessário reexame de fatos e provas.

Quanto à tese de que o rol do artigo 145 do CPC/2015 não é taxativo, cumpre destacar que a Corte local não emitiu nenhum juízo de valor sobre a matéria.

Verifica-se também que a tese não foi suscitada, pela parte agravante, nas razões dos embargos de declaração, opostos contra o acórdão local (e-STJ, fls. 96 - 102), sendo nítida a ausência de prequestionamento a viabilizar sua discussão na presente oportunidade. Aplica-se a Súmula 211/STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. SEGURO, VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA Nº 211/STJ. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta. 2. (...) 3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes. (...). (AgRg no REsp nº 1.386.843/RS, Relator o Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 24/2/2014).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora